

Elaboração e efetivação de currículos oficiais: um estudo de caso das Diretrizes Curriculares de História do Estado do Paraná

NODA, Marisa¹

Resumo

O presente resumo tem por finalidade apresentar uma pesquisa, se encontra em sua fase inicial, acerca da elaboração e efetivação de currículos oficiais, focando diretamente as Diretrizes Curriculares de História do Estado do Paraná. Neste primeiro momento será apresentada a concepção de currículo escolar aqui entendida, uma breve contextualização da implementação de outra proposta do governo estadual paranaense para nortear a disciplina de história ocorrida no final da década de 1980, a Reestruturação do Segundo Grau e os debates acerca do ensino de história desta mesma década.

Palavras Chave: Currículos, ensino de história e professores.

Abstract

The present summary has for purpose to present a research, it in his initial phase, concerning the elaboration and effecton of official curricula, focusing the Diretrizes Curriculares of History of the State of Parana directly. On this first moment it will be presented of the conception of school curriculum here understood, an abbreviation context of the implementation of another proposal of the from Parana state government to orientate the history discipline happened in the end of the decade of 1980, the Restructuring of second degree and the discussion concerning the history teaching in the same decade.

Key words: Curriculum, history teaching and teachers.

Para analisar o processo de elaboração e efetivação de currículos oficiais e mais precisamente o caso das Diretrizes Curriculares de História do Estado do Paraná de 2008, - DCE História -, como o documento ficou conhecido, faz-se necessário que se contribua primeiro com o entendimento da concepção de currículo escolar, em segundo, abordar os debates ocorridos em torno dos currículos de história na década de 1980 e em terceiro, contextualizar outro documento curricular implantado no Paraná em 1988, a Reestruturação do Segundo Grau de História, a fim de estabelecer um paralelo na forma de condução destes dois norteadores da disciplina de História.

Pontuar o conceito que temos de currículo foi anunciado enquanto significativo para esta discussão, portanto é fundamental dar ciência que este é entendido partindo do enfoque que Tomaz Tadeu da Silva expõe:

1 Universidade Estadual do Norte do Paraná – Mestre em História Social.

O currículo é sempre resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimento e saberes seleciona-se aquela parte que vai constituir precisamente o currículo. (...) Nas teorias do currículo, entretanto, a pergunta “o quê?” nunca esta separada de uma outra pergunta “o que eles ou elas devem ser?”, ou melhor, “o que devem se tornar?”. Afinal um currículo busca precisamente modificar as pessoas que vão “seguir” aquele currículo. (SILVA, 2002: 15)

O olhar para as DCE História sofre influência do entendimento acima exposto, pois se percebe que ao propor norteamentos para o ensino de história a Secretaria de Estado da Educação do Estado do Paraná - SEED -, o coloca como instrumento que pode proporcionar mudanças no modo em que a disciplina de História está sendo entendida dentro das grades curriculares das escolas paranaenses.

O currículo como documento busca delimitar para professor uma linha teórica e metodológica a ser seguido. O grupo idealizador ao propor determinada linha teórico-metodológica, que certamente considera essencial para a comunidade de destino, nem sempre avalia também aquele que vai viabilizar o currículo dentro da escola, ou seja, àquele a quem o currículo está sendo proposto: o professor.

Conforme Sacristán (2000), os professores ao concretizarem um currículo utilizam como direcionamento sua própria formação e capacidade adquirida pela experiência.

Esta fala chama atenção em especial no caso das DCE - História, pois embora tenha tentado uma aproximação com os profissionais da rede pública de ensino nas diversas etapas da elaboração, nos anos de 2004 e 2005², há um grande distanciamento, certo estranhamento do professor com o documento, isto fica claro numa análise inicial dos planejamentos anuais de ensino, elaborados obrigatoriamente no início do ano letivo, no qual as diretrizes não se fazem presentes.

Pesquisando o debate de currículos no Brasil o entendimento de Machado também auxilia a análise do documento. Para esta pesquisadora no país foram três os conceitos de currículos escolares vivenciados: o tradicional entendido como arranjo sistemático de conteúdos; a cientificista também denominada de tecnicista-tecnológica, que trazia um conjunto de estratégias para preparar jovens para o trabalho; estes dois modelos predominantes até a década de 1970. A partir dos anos de 1980 predominou os de concepções progressistas. (MACHADO, 1999).

2 Durante o biênio 2004 e 2005 A Secretaria de Estado da Educação do Estado do Paraná, através de sus Núcleos Regionais de Ensino promoveu encontros nos municípios com os professores de História que tinham com tema a elaboração das Diretrizes Curriculares de História.

Sob as novas influências, com a concepção de currículo progressista, o currículo passou a voltar-se para a aprendizagem dos problemas sociais, desenvolvimento cognitivo - interesse e compreensão – dos indivíduos: assim, voltando-se aos interesses das crianças e jovens, passou a relacionar-se com uma possibilidade emancipatória da educação. O currículo passou a ter uma dimensão libertadora e humanizadora, que procura respeitar e valorizar as diversidades culturais; dessa forma, passa a ser entendido “como artefato cultural à medida que traduz valores, pensamentos e perspectivas de uma determinada época ou sociedade” (MACHADO, 1999:160).

Cabe observar que esta concepção de currículo é a que mais se aproxima do modelo paranaense, pois pressupõem que os alunos a partir deles “sejam capazes de identificar processos históricos, reconhecer criticamente as relações de poder neles existentes, bem como que tenham recursos para intervir no meio em que vivem” (DCE - História, 2006, p. 54).

A segunda contribuição é contextualizar os anos 80, momento em que currículos passam a ser discutidos amplamente nas escolas e sociedade brasileira que recém saída do regime militar entende que o modelo de educação proposto até então não serve mais para uma população que ansia vivência democrática, via obrigatória a revisão na legislação pertinente ao ensino de História e dos postulados dos programas elaborados de acordo com a política educacional dos anos de 1970. (FONSECA, 1993).

Assim, os anos 80 são marcados por discussões e propostas de mudanças no ensino fundamental de história. Resgatar o papel da história no currículo passa a ser tarefa primordial depois de vários anos e que o livro didático assumiu a forma curricular, tornando-se quase que fonte “exclusiva” e “indispensável” para o processo de ensino-aprendizagem. (FONSECA, 1993: 86).

Outra pesquisadora que também enfatiza esse debate presente na década de 1980 é Flavia Eloísa Caimi ao salientar a busca dos espaços de discussão que se fizeram necessários para que as mudanças almeçadas se efetivassem, foram congressos, seminários, publicações de coletâneas que redimensionaram as teorias, métodos, conteúdos e linguagens da disciplina. (CAIMI, 2001). Aqui é importante a lembrança da publicação da obra organizada por Marco Silva *Repensando a História* que norteou as falas acerca do tema na década de 1980.

A implantação do Currículo Básico do Estado do Paraná e a Reestruturação do Ensino de 2º Grau de História têm início dentro deste contexto. A primeira legislação sobre o Ensino de 1º Grau e começou a ser discutida em 1987, neste ano foi extinta a disciplina de Estudos Sociais pela Deliberação 004/87 CEE - Conselho Estadual de Educação. Esta extinção significou a volta das disciplinas de História e Geografia às grades curriculares de 5ª

a 8º séries do Ensino Fundamental. Mas não somente esta mudança gerou a decisão de criação de um novo documento legislando sobre a educação paranaense e sim um entendimento por parte da Secretaria de Educação sobre:

A qualidade do ensino, no início da década de 1980, entendia a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, vinculava-se à possibilidade da não reprodução da sociedade injusta como se apresentava: de um lado os que sabiam, e por deterem o conhecimento detinham também o poder, e de outro os que não sabiam e obedeciam ao poder. A qualidade do ensino vinculava-se à possibilidade de fazer com que a maioria da população pudesse dominar a soma de conhecimento já acumulados através dos tempos, para que todos pudessem, juntos, incumbir-se de criar uma nova sociedade. (RODRIGUES, 2004: 53).

Com o objetivo de promover tal discussão foi organizada, pela então equipe de primeiro Grau da SEED uma primeira reunião com integrantes dos Núcleos Regionais de Ensino - NRE -. Em um segundo encontro, realizado em junho de 1987, juntou-se ao primeiro grupo, professores das instituições de Ensino Superior do Paraná, fizeram-se presentes representantes da Universidade estadual de Londrina, Universidade Estadual de Maringá, Universidade Federal do Paraná, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. As propostas de reformulação curricular dos Estados de Minas Gerais, São Paulo e da cidade do Rio de Janeiro foram analisadas nestes encontros a fim de darem parâmetros para a proposta a ser implantadas no Estado do Paraná.

Em agosto de 1987 realizou-se um terceiro encontro, que além dos grupos já citados estiveram presentes também professores representantes dos vinte e um Núcleos regionais de ensino do estado do Paraná, intitulado III Encontro de Ensino de História.

Segundo Mariana Almeida, do III Encontro surgiu a proposta de ensino de história apresentado pelo Currículo Básico do Estado do Paraná: “Com a perspectiva de que a história também é uma prática social, com espaço para um pensamento crítico e atitudes questionadoras em relação ao conhecimento produzido” (op. cit. ALMEIDA, 1997, p. 275).

Os professores de história da rede pública que participaram, como convidados, das discussões tanto do documento do ensino de 1º Grau, quanto do 2º Grau, mostram satisfação por terem sido chamados a contribuir, pois essas reuniões são recordadas como momentos de desafio, motivos de orgulho de estarem participando de um projeto que, de certa forma, refletiam o reconhecimento à luta pela volta da disciplina de História nas grades curriculares das escolas paranaenses. (NODA, 2002)

O III Encontro de Ensino de História, evento organizado pela Secretaria de Educação do Paraná, também teve como ponto importante a discussão sobre a qualificação do professor de história que resultou, “tomou a forma de cursos voltados para a qualificação do

profissional de ensino nas várias áreas do saber, estando hoje em dia em processo de reformulação”. (ALMEIDA, 1997, p. 273).

Partindo das discussões iniciadas em 1987, criou-se o Currículo Básico do Estado do Paraná, documento que ficou pronto e pode ser implantado em 1990. Quanto à Reestruturação do ensino de 2º Grau, que seguiu a reboque das discussões acima apresentadas, tudo indica que equipes trabalharam separadamente em cada disciplina. Segundo o relatório circunstanciado dos consultores de História, formam onze os encontros que contaram com a presença da Equipe do Departamento do ensino de 2º Grau, representantes do Conselho Estadual de Educação, representantes de Instituições de Ensino Superior e professores da rede estadual de ensino, realizadas entre maio e novembro de 1988.

Outro ponto importante a ser dito sobre o documento de Reestruturação do Ensino de 2º Grau de História é que não foi obrigatório segui-lo nas escolas que ofertavam este grau de ensino, era apenas recomendado, portanto não houve sua implantação compulsória seguida na implantação do Currículo Básico do Estado do Paraná.

O grupo que trabalhou no documento de Reestruturação do 2º Grau chamava a atenção especificando que o segundo grau, hoje Ensino Médio, era um caminho pelo quais as camadas majoritárias da população poderiam adquirir o conhecimento necessário e inserir-se de forma crítica no mercado de trabalho:

A questão central reside em repensar o ensino de 2º grau como condição para as oportunidades de acesso ao conhecimento e, portanto, de participação social mais ampla do cidadão. Este repensar passa, necessariamente, pela análise das relações entre escola, o trabalho e a cidadania. (PARANÁ, 1988)

È perceptível que a proposta buscava fundamentação no materialismo dialético e na pedagogia histórico-crítica dos conteúdos, considerando a luta pelo saber o caminho para que os excluídos chegassem à cidadania, entendia que o acesso ao conhecimento acumulado historicamente pelo homem, daria respostas aos problemas enfrentados por parte da população, para isso, seria necessário que ao aluno de 2º Grau fosse propiciado um saber reunia teoria e prática.

A postura de uma escola democrática visa à preparação do educando para a democracia, elevando sua capacidade de compreensão em relação aos determinantes políticos, econômicos e culturais que regem o funcionamento da sociedade em determinado período histórico, para que venha atuar no mundo do trabalho com a consciência de seu papel de cidadão participativo. (PARANÁ, 1988).

Circe Bittencourt chama a atenção na forma como os currículos brasileiros, construídos nos anos de 1980 evidenciam e a história com a disciplina com maior responsabilidade na formação da cidadania. Conforme a tradição francesa seguida no Brasil, o conceito de cidadania proposto limita-se à cidadania política, aquela que cabe formar um eleitor para as democracias do modelo liberal, para as quais é necessário formar um cidadão motorista, o cidadão preocupado com o meio ambiente, com o trânsito, e candidatando-se ao voluntariado para auxiliar as escolas públicas. (BITTENCOURT, 1998).

Ao evidenciar que a Reestruturação do 2º Grau de História destaca a cidadania como ponto principal do ensino da história, a fala da professora Circe serve de alerta para análise de qual cidadania o documento almeja, a descrita acima ou a busca da cidadania social? Aquela ligada aos conceitos de igualdade, de justiça, de diferenças, de lutas e de conquistas, de compromissos e de rupturas. (BITTENCOURT, 1998).

Quando a professora Maria Auxiliadora M. S. Schmidt, consultora da “Reestruturação”, aponta que o ‘conteúdo crítico de história será então aquele que permitirá ao aluno apoderar-se da pluralidade das memórias, proporcionando-lhe a compreensão da pluralidade e do conflito que se produz nas e pelas relações sociais’ abre um direcionamento para a cidadania mais próxima à cidadania social, na medida em que direciona a atenção nos conflitos produzidos pelas relações sociais. (REESTRUTURAÇÃO DO ENSINO DE 2º GRAU – HISTÓRIA, 1988, p. 56).

Para ampliar a análise do documento proposto para a disciplina de história, será também necessário recorrer a uma outra fala sobre currículos, a de J. Gimeno Sacristán: ‘não devemos esquecer que o currículo não é uma realidade abstrata à margem do sistema educativo em que se desenvolve e para o qual se planeja’ (SACRISTÁN, 2000, p. 15).

Dessa leitura resultam algumas posições que levam à questionamentos. As posições podem ser apontadas com certa tranquilidade: o sistema educativo aqui será compreendido como espaço em que as relações escolares se constituem. Vivenciam esse espaço a comunidade escolar, composta por alunos, os professores, funcionários, Secretarias de Educação, Núcleo Regionais de Ensino, pais e sociedade civil de maneira geral. Dentre estes, os professores serão cuidados com maior atenção, pois em última instância são eles que tornam as propostas curriculares realidade ou não, sendo eles, os responsáveis pela dinamização destes documentos.

Quando da preparação do documento de ‘Reestruturação de História’ contata-se a participação de professores de história a rede pública nas reuniões, mas estes participam como representantes de muitos outros e foram convidados pelo NRE de cada região do

Paraná. Podendo afirmar que esta participação tenha sido bastante limitada se pensarmos em números, o que leva a observação que esta proposta não chegou de foi discutida de forma direta por todos os profissionais de história atuantes no ensino de 2º Grau da época.

Segundo relatório circunstanciado do documento de Reestruturação, cerca de vinte Núcleos Regionais de Ensino retornaram o documento preliminar com 100% de aprovação e apenas quatro aprovaram com restrições. Estas restrições foram pontuadas como administrativas, e não teórica metodológicas. Dentre os pedidos dos que aprovaram com restrição foram comuns os pedidos por parte dos Núcleos de bibliotecas mais atualizadas e capacitação aos professores para a implantação do documento norteador.

Contrariamente ao que diz o documento acima analisado, pensar em bibliotecas e capacitação é de ordem teórico-metodológica, pois os professores perceberam que uma proposta que tinha como fundamentação o materialismo dialético e a pedagogia histórico-crítica necessitaria de preparação, representados pela capacitação e pelo acesso a material bibliográfico que desse conta deste universo teórico novo para estes profissionais, considerando que 60%, segundo dados do próprio documento, foram formados durante o período de ditadura militar em que este tipo de leitura era proibido.

O professor de História, formado naquele memento, teve privações de leituras, de debates, de livres questionamentos. Isso, de certa forma, prejudicou seu conhecimento profissional, pois se entende que estes procedimentos são primordiais para a formação deste profissional. (NODA, 2002: p. 97)

Mesmo considerando que a Reestruturação do Ensino de 2º grau de História tenha sido um documento proposto que o professor seguia se considerasse viável, pode-se afirmar que sua presença foi grande nos cursos de Segundo Grau das escolas do Paraná, na medida em que os professores, de maneira geral, ansiavam por mudanças na educação escolarizada, pois estas eram tidas com reflexos das mudanças políticas e sociais que se almejam pós período de ditadura militar e, conseqüentemente, eram grandes as expectativas frente à proposta de um governo que tinha sido eleito como oposição aos representantes desta ditadura.

Outro ponto a ser levantado é que depois de longo tempo de impedimento de participação nas políticas educacionais, restrição nas escolhas dos políticos, pensando no bipartidarismo consentido pelo governo ditatorial, o professor também almejava uma interação real, na elaboração destes documentos, para ele, poder opinar significava receber a devida

importância após décadas de silêncio, na qual só uma obrigação era nítida: a de obedecer as resoluções implantados pelos militares.

Conforme constatou-se nas entrevistas realizadas para a monografia de Especialização³, professores que foram convidados a participar diretamente da elaboração da Reestruturação do Ensino de 2º grau de História, possivelmente 21 professores de todo o estado, demonstram um entendimento da proposta e um posicionamento de que foi um documento construído coletivamente. Considerando que este número não é representativo quando tem como parâmetro o número de professores de História do Paraná, concluímos que poucos a consideravam desta forma.

Os vários debates sobre currículos têm mostrado que aqueles que são elaborados em salas e gabinetes, sem a participação de professores e alunos são fadados a não efetivação, são utilizados mais para montar planejamentos que ficam dentro de gavetas servindo apenas para cumprimento de normas estabelecidas de cima para baixo, do que nortear o trabalho do professor no lugar que importa, a sala de aula.

Neste momento em as Diretrizes Curriculares de História para a Educação Básica estão sendo efetivadas nas escolas paranaenses, que essa reflexão sirva para alimentar as discussões e seja alvo de críticas e defesas, pois é do debate entre os que participam do sistema escolar que produziremos uma educação que represente a consciência histórica para além do capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABUD, Kátia. Currículos de História e políticas públicas: os programas de História do Brasil na escola secundária. In: BITTENCOURT, Circe. (Org.) **O Saber Histórico em Sala de Aula**. São Paulo: Contexto, 1998. p. 28-41.

ALMEIDA, Mariana J. de carvalho. Resgate da reformulação Curricular de História. In: **História e Cultura**. Ponta Grossa: ANPUH - Núcleo Regional do Paraná, 1987. p. 271-276.

ANFOPE. **Políticas públicas e formação dos profissionais da educação**. Documento final do XII Encontro Nacional. Brasília: s/e, 11 a 13 de agosto de 2004.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 23 dez. 1996.

BITTENCOURT, Circe. Capitalismo e cidadania nas atuais propostas curriculares de História. In: BITTENCOURT, Circe. (Org.) **O Saber Histórico em Sala de Aula**. São Paulo: Contexto, 1998. p. 11-27.

CAIMI, Flavia Eloísa. **Conversas e controversas: o ensino de história no Brasil (1980-1998)**. Passo Fundo: Ed. UPF, 2001.

3 NODA, Marisa. **Lembranças da Ditadura: Londrina 1968-1979**. Monografia de Especialização em História Social Departamento de História Universidade Estadual de Londrina, 1998.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, n.2,1990. p.177-229.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da História Ensinada**. Campinas: Papirus, 1993.

_____. **Ser professor no Brasil: História oral de vida**. Campinas: Papirus, 1997.

_____. **Didática e Prática de Ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados**. Campinas: Papirus, 2003.

MACHADO, Ironita Ademir Policarpo. O Currículo de História. In: DIEHL, Astor (org.) **O livro didático e o currículo de história em transição**. Passo Fundo, Ed. UPF, 1999. p. 110-227.

NODA, Marisa. **Leituras Proibidas: ditadura, professores, história e memória**. 114 p. Dissertação de Mestrado defendida junto a Universidade Estadual de Maringá, 2002.

_____. **Lembranças da Ditadura: Londrina 1968-1979**. Monografia de Especialização em História Social Departamento de História Universidade Estadual de Londrina, 1998.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Ensino do Segundo Grau. **Reestruturação do Ensino de 2º Grau do Paraná: História**. Curitiba, SEED, 1988.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Ensino Básico. **Diretrizes Curriculares de História para a educação Básica**. Curitiba, SEED, 2008.

RODRIGUES, Eliane. Reformando e ensino de História: lições de continuidade. In: **História**. São Paulo, 23 1-2: 2004. p. 49-68.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O Currículo: uma reflexão sobre prática**. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.